

7
JORNAL DO BRASIL
Editorial

Custo Político

Auc

10

N em as reuniões dos participantes do pacto contra a inflação estão isentas dos efeitos eleitorais: fazem parte da atmosfera social que se respira com alívio. A volta ao estilo de negociação para resolver conflitos trabalhistas pode abrir espaço para a adoção do conceito de responsabilidade da greve. É tempo de estabelecer no pacto contra a inflação uma cláusula desaceleradora das greves que, contribuindo para agravar os custos, empurram a inflação sobre os consumidores.

Mais do que desativar as greves é imprescindível a trégua entre as empresas públicas e a própria política de contenção das despesas nas estatais. São as estatais que se atiram com privilégio ao exercício do direito de greve ainda não regulamentado para elas. O Congresso não tem mais desculpas para omitir-se na responsabilidade que os seus próprios representantes criaram, quando eram constituintes, ao aprovarem a lei que regulará as greves que possam afetar diretamente os usuários de serviços públicos.

Vem por aí, com urgência previsível, a grande opção brasileira entre o Estado e a sociedade. Não se trata mais de debate doutrinário. Tudo que podia ser dito, foi dito e repetido nos últimos dez anos. Desde a fase da distensão política no final dos anos 70, a transição nos anos 80, ficou demonstrado o peso excessivo do Estado sobre a economia e a cidadania. A própria burocracia estatal sentiu aproximar-se a hora em que teria de ser sacrificada em seu egoísmo para que esse país possa ter efetivamente um sistema democrático de trabalho e de vida. Recusou-se a tomar parte no debate, encolheu-se e sobreviveu na discricção com que controlou a sua natural prepotência.

Terminado o trabalho da Constituinte, no entanto, a burocracia passou ao seu plano de consolidação de poder oculto exercido por dentro do

governo e à sombra de um interesse público exclusivo que não resiste ao debate. As greves permitidas pela Constituição não esperaram as normas reguladoras do seu exercício. Por trás do desafio que elege a sociedade como vítima há um cálculo político que retarda a plenitude democrática, na medida em que confunde a opinião pública e inibe a iniciativa privada. O apogeu das greves em empresas públicas e estatais passou a ter custo político que só pode ser superado com decisão política.

Não basta um esboço de direitos inaugurais, no plano social e da cidadania, para pôr em funcionamento um regime democrático. A necessidade de institucionalizar a democracia passa, em primeiro lugar, pela liberação da economia tutelada pela autorização estatal das mínimas às maiores iniciativas.

Caberá ao Congresso, desde logo, compatibilizar as normas restritivas votadas pelos constituintes, a título de investimento eleitoral, com as necessidades da economia de mercado, com a liberdade de iniciativa e com a escassez da poupança para retomar o desenvolvimento. O Estado perdeu a capacidade de investir. A sociedade não pode retroagir a um estágio de trabalho e consumo anterior aos níveis já incorporados pelos cidadãos. Se o Estado é o obstáculo ao desenvolvimento, é preciso remover a montanha normativa que desabou sobre a liberdade econômica, e reduzir a sua presença na economia a proporções que liberem a democracia para os que produzem e consomem.

Está chegando o momento da opção. Não se trata de questão econômica, mas política. É diretamente relacionada com a possibilidade democrática oferecida em linhas gerais pela nova Constituição, mas amarrada pela estatização da economia em crise.